

DOCUMENTAÇÃO

www.aese.pt

E das pedras brotou... petróleo

Grande consumidor de hidro-carbonetos, há alguns anos, os EUA observaram com vertigem a diminuição das suas próprias fontes tradicionais de crude (na maior parte localizadas no Golfo do México), e experimentaram a vulnerabilidade que significa estar à mercê dos fornecimentos provenientes de regiões conflituosas do globo, como o Médio Oriente, ou de países próximos geograficamente com os quais tem relações problemáticas, como a Venezuela. A solução estava mais próxima do que se pensava: a um quilómetro ou dois abaixo do seu próprio solo, em rochas betuminosas ou de xisto, das quais se extrai o crude e o gás por fratura hidráulica ou *fracking*.

Já são 85 659 os poços registados nos Estados Unidos para serem explorados através deste método, de acordo com a *web* www.fracfocus.org. O combustível assim obtido é, embora motivo de denúncia por parte de ecologistas, um modulador de alterações na geopolítica mundial.

Nos poços convencionais, os hidrocarbonetos são extraídos após a perfuração das cavidades (reservatórios) onde se encontram sob pressão. No processo de *fracking*, a perfuração penetra um quilómetro ou mais em direção vertical, até chegar até ao petróleo e ao gás alojado nas fendas das rochas de xisto. Para os extrair, injeta-se a alta pressão uma mistura de água (98 %), areia e aditivos químicos que faz rachar as fendas e, ao regressar acima, arrasta consigo os hidrocarbonetos.

O procedimento suscita receios, porque a água misturada com substâncias químicas poderia supostamente contaminar os aquíferos, e a rutura das rochas, desestabilizar o subsolo e provocar terremotos. Além disso, o *fracking* aumenta a disponibilidade de petróleo, quando se deveria intensificar os esforços para o substituir por fontes de energia limpa.

Perigos remotos

Segundo os defensores do *fracking*, mas também na opinião de especialistas mais neutrais, as possibilidades de contaminação dos aquíferos são bastante escassas, uma vez que as profundidades a que se realiza a perfuração, são muito superiores à distância a que se encontram as águas subterrâneas. A ex-diretora da Agência de Proteção Ambiental dos EUA, Lisa Jackson, foi enfática ao recordar que não foi

comunicado nenhum caso de contaminação de água potável em consequência de práticas de *fracking*.

No entanto, um perigo maior encontra-se nas águas utilizadas no processo, que podem acabar nos cursos de água doce. No Colorado, onde existem 20 000 poços, as inundações de novembro de 2013 teriam destruído grande parte dos coletores, pelo que não se afasta a hipótese de que os líquidos químicos residuais se tenham misturado com a água para consumo humano e animal. "A lição clara é que nunca se deve construir infraestrutura para *fracking* em lugares inundáveis", disse à BBC Mundo, Anthony Ingraffea, professor de engenharia da Universidade de Cornell (Nova Iorque).

Outro receio, o dos terremotos, foi afastado por autoridades como a Royal Society — a Academia das Ciências da Grã-Bretanha —, ao referir que outras atividades extrativas, como a mineração de carvão, também produzem microssismos. O geólogo e responsável de exploração na empresa Hidrocarburos de Euskadi, Juan García Portero, assegura a "alta improbabilidade" de ocorrerem terremotos de grande magnitude na superfície induzidos pelo *fracking*. "A rutura do reservatório de lousa produz microssismos", reconhece em entrevista à Europa Press, "mas após milhares de operações a 3 000 ou 5 000 metros (2 000 abaixo dos aquíferos mais próximos da superfície), nunca se vão sentir".

Irá afetar Caracas, Teerão e Moscovo?

A nova abundância de petróleo tem consequências geopolíticas, especialmente na Rússia e na Venezuela. O bom nível de produção e autoabastecimento conseguido pelos EUA através do *fracking*, mais a relutância da Arábia Saudita em reduzir a produção de crude para elevar os preços (o que ainda não acontece) e a procura limitada por parte de uma Europa que ainda não saiu com força da crise económica, afetaram Moscovo com receitas de exportação mais baixas do que aquilo que fora esperado, e levaram-na a sofrer uma recessão no primeiro trimestre de 2015.

Outro grande produtor de petróleo, o Irão, já golpeado pelas sanções económicas do Ocidente até delimitar as condições e o alcance do seu programa nuclear, tem vindo a ser obrigado a armazenar diariamente 100 000 barris de crude que não tem possibilidade de vender, o que se repercute negativamente no

seu orçamento. O país pensa que, em 2011, conseguia ultrapassar os três milhões de barris diários, nos dias de hoje não consegue passar de um milhão, e a tendência que se vislumbra é para a baixa. Uma má notícia que não o é tanto para Israel, a quem não entristece que o principal suporte do grupo xiita libanês Hezbollah se tenha visto forçado a destinar menos recursos para apoiar a “besta negra” de Tel Aviv na sua fronteira norte.

Do outro lado do Atlântico, na Venezuela, as questões técnicas do mercado cedem lugar à retórica. O presidente Nicolás Maduro conclui que a maior disponibilidade de petróleo de xisto e o lógico decréscimo das importações por parte dos Estados Unidos, procura “destruir estrategicamente” as economias de Moscovo e Caracas.

Obrigado por um barril em mínimos históricos (a 29 de dezembro foi cotado a 48 dólares), o governo de Maduro terá de adotar medidas não apreciadas por uma população acostumada a que a gasolina flua quase tão gratuitamente como o leite e o mel bíblicos, e no estrangeiro deverá fazer cortes nos esquemas de colaboração energética como a Petrocaribe. Não é de esperar, contudo, que um aliado ideológico como Havana sofra os cortes principais — no fim de contas, os seus médicos e outros especialistas sustentam os programas sociais venezuelanos —, mas Cuba, ontem tão dependente do fornecimento soviético e hoje do venezuelano, estará a tomar nota e a planificar novas medidas de poupança.

A mão dos xeques

Na distribuição de culpas, Maduro esquece a inclusão da Arábia Saudita, que se nega a diminuir a produção e a erguer os preços para todos. E não é que os xeques queiram “destruir” a Venezuela bolivariana, mas têm-na afetado de passagem quando, com a sua política de preços baixos, pretendem fazer cair a rentabilidade do *fracking* norte-americano, mais caro que a extração convencional.

Os sauditas sabem que a variante norte-americana tem um limite de custos (uma fonte calcula que poderia suportar uma baixa até aos 50-55 dólares por barril, não mais), de modo que a curto prazo se verá até que ponto Riade pode apertar a corda, e se os produtores norte-americanos são capazes de sustentar o impulso.

L. L.

Preços do petróleo: não chove ao gosto de todos

Há uns tempos, quando o presidente venezuelano afirmou que, apesar do colapso global dos preços do petróleo, “Deus providenciará”, certo autor jocoso redigiu uma “resposta” de Deus: “Minha pequena e bela criatura: já o fiz”, citando uma extensa lista de recursos naturais aproveitáveis — a riqueza petrolífera em primeiro lugar, mas não a única — e personalidades ilustres desse povo que podiam ter sido escutadas para potenciar um desenvolvimento económico integral.

Um dos venezuelanos citados foi o falecido escritor Arturo Uslar Pietri, autor, no longínquo 1936, do editorial “Semear o petróleo”, no qual advertia profeticamente contra a tentação de confiar a saúde da economia venezuelana à abundância do petróleo, um recurso finito e, além disso, dependente de fatores impossíveis de controlar a partir de Caracas. “Urge aproveitar”, alertava, “a riqueza transitória (...) para criar as bases sãs, amplas e coordenadas dessa futura economia progressiva que será a nossa verdadeira ata de independência”.

Agora que o barril de crude venezuelano não ultrapassa os 51 dólares – quando era cotado quase nos 100 em 2013 –, o editorial de Uslar deve estar a martelar nas consciências dos que deram por eterna a “riqueza transitória”.

Segundo dados da OPEP, 95 % das receitas venezuelanas das exportações residem na venda do combustível (no ano 2000, constituíam 89 %), mas como a partir do Palácio de Miraflores não se ditam os preços em todo o mundo (apesar da subida das últimas semanas, os preços continuam muito abaixo dos de há um ano, as previsões para finais de 2015 continuam a indicar um barril que não ultrapassará os 59 dólares. Para mais informações, consultar Oil Price em www.oil-price.net), a sua “riqueza” rende menos do que há dois anos, exatamente metade que então. Daí, juntamente com as filas e o desabastecimento, se espalhar a sensação de que o “comboio do desenvolvimento” passou e que a Venezuela se ficou pela estação ferroviária. E que era o último.

Muitos petrodólares... e muita pobreza

Não é, evidentemente, o único país petrolífero que sofreu problemas. Na margem oposta do Oceano Atlântico, a Guiné Equatorial exporta mais de 300 000 barris de petróleo diários. A exploração de hidrocarbonetos do hoje terceiro produtor africano começou tardiamente, em 1991, e foram sendo descobertas desde então novas jazidas.

Com os ventos “energéticos” em popa, a economia cresceu bastante. Segundo dados do Banco Mundial, o país gere um PIB *per capita* anual de 33 768 dólares, um nível de riqueza que coloca o país no lugar 29 no plano global, à frente da Espanha, Coreia do Sul, Malta ou Eslovénia! A ironia é que este país africano cai para o lugar 144 quanto a gastos em educação, e que os seus habitantes têm uma esperança de vida ao nascer de apenas 55 anos. Resume-o também o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da ONU, no qual a Guiné Equatorial figura, no lugar 144, junto dos Estados do grupo de baixo desenvolvimento humano.

Um apressado plano de infraestruturas implantado nos últimos tempos pelo governo, para a construção de habitações, aeroportos, estradas, centros de lazer, e até uma nova cidade, parecia indicar que as autoridades tinham tomado nota sobre a fragilidade de confiar demasiado no ouro negro.

Mas talvez seja um despertar tardio, pois dados do Banco Africano de Desenvolvimento referiam já em 2014, que o país tinha entrado em recessão (–1,4 % em 2013 e –1,8 % no ano seguinte) devido à queda do preço dos hidrocarbonetos. Segundo esta fonte, no final de 2015, a diminuição pode ser de até 8,5 pontos percentuais.

Sair da “monocultura” petrolífera

A “maldição do petróleo”, esses apuros que sofrem agora os países antes mencionados – mas passou e que a Venezuela se ficou pela estação ferroviária. E que era o último.

Muitos petrodólares... e muita pobreza

Não é, evidentemente, o único país petrolífero que sofreu problemas. Na margem oposta do Oceano Atlântico, a Guiné Equatorial exporta mais de 300 000 barris de petróleo diários. A exploração de hidrocarbonetos do hoje terceiro produtor africano começou tardiamente, em 1991, e foram sendo descobertas desde então novas jazidas.

Com os ventos “energéticos” em popa, a economia cresceu bastante. Segundo dados do Banco Mundial, o país gere um PIB *per capita* anual de 33 768 dólares, um nível de riqueza que coloca o país no lugar 29 no plano global, à frente da Espanha, Coreia do Sul, Malta ou Eslovénia! A ironia é que este país africano cai para o lugar 144 quanto a gastos em educação, e que os seus habitantes têm uma esperança de vida ao nascer de apenas 55 anos. Resume-o também o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da ONU, no qual a Guiné Equatorial figura, no lugar 144, junto dos Estados do grupo de baixo desenvolvimento humano.

Um apressado plano de infraestruturas implantado nos últimos tempos pelo governo, para a construção de habitações, aeroportos, estradas, centros de lazer, e até uma nova cidade, parecia indicar que as autoridades tinham tomado nota sobre a fragilidade de confiar demasiado no ouro negro.

Mas talvez seja um despertar tardio, pois dados do Banco Africano de Desenvolvimento referiam já em 2014, que o país tinha entrado em recessão (–1,4 % em 2013 e –1,8 % no ano seguinte) devido à queda do preço dos hidrocarbonetos. Segundo esta fonte, no final de 2015, a diminuição pode ser de até 8,5 pontos percentuais.

Sair da “monocultura” petrolífera

A “maldição do petróleo”, esses apuros que sofrem agora os países antes mencionados – mas infinito para manter a sua quota de mercado – como o está a fazer a Arábia Saudita –, quando a flecha dos preços se inclina, há outro diversificado conjunto de atores que mordem os lábios. Entre eles contam-se, por exemplo, os criminosos do Estado Islâmico. A estes, tornados improvisados comerciantes de hidro-carbonetos, interessa-lhes que os preços recuperem, a mesma coisa que aos próprios adversários do EI, nomeadamente o governo do Iraque, que se queixa de que as baixas receitas o impedem de se armar e lutar eficazmente contra aquele.

Também é o caso dos países não produtores, mas que dependem de “generosos” fornecedores que o são. Alguns podem deparar com falhas no fornecimento do combustível, ou que as ajudas monetárias vão sendo espaçadas. Sucede isso aos palestinianos. A sua Autoridade Nacional recebe fundos periódicos de países como Arábia Saudita e Koweit, tal como o grupo terrorista Hamas, que controla a Faixa de Gaza, recebe do Qatar. Mas há atrasos.

“A ajuda que chega à Palestina nunca foi em combustível, mas em dinheiro ou em projetos para infraestruturas”, explicou à “Ace-prensa” o diplomata palestiniano Abdullah Younes: “A maioria dos países árabes produtores de petróleo envia ajuda económica direta ao povo palestiniano, à Autoridade Nacional. Se aumenta ou diminui o preço do crude, isso influi nas doações que recebemos. Se baixam os preços, as quotas que eles pagam, e que costumam ser mensais ou trimestrais, podem demorar até seis meses a ser entregues”.

Um caso pelo estilo pode acabar por ser o do Haiti. O empobrecido país caribenho compra petróleo venezuelano a preços preferenciais, com a possibilidade de pagar a fatura total em 25 anos. A ideia foi de Hugo Chávez, o que lhe valeu que, ao falecer, lhe tenham dado o seu nome ao segundo maior aeroporto do país. Só que com as urgências económicas de Caracas, e perante a impossibilidade de continuar com o absurdo subsídio aos combustíveis que consomem os venezuelanos (não poucos dizem: “somos um país petrolífero; a nossa gasolina tem de ser barata”), ao presidente Nicolás

Maduro será difícil conciliar um hipotético mas necessário corte nas milionárias ajudas ao consumo local, com a continuidade de programas de ajuda ao estrangeiro. E a corda pode acabar por se romper pelo lado mais fraco.

É, pois, um curioso paradoxo: que o embaratecimento de um recurso — normalmente, uma boa notícia — esteja a complicar o presente a tantos.

L. L.